

Mulheres investigadoras: uma força de trabalho qualificada e precária

Intervenção de Elsa Dias

O conhecimento é uma alavanca para a emancipação das mulheres. Porém, a formação académica não têm sido condição suficiente para assegurar os direitos e a igualdade.

As mulheres que desempenham atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) defrontam-se com o flagelo da precariedade laboral. Muitas fazem a sua formação superior, colecionam graus académicos, desempenham as atividades próprias da carreira de investigação, sem que isso se traduza num contrato de trabalho com direitos e compatível com as funções desempenhadas. Muitas são bolseiras, ou contratadas a termo ou em regime de prestação de serviços, entre outras formas de precariedade.

Em 2018 foi criado o Programa “Estímulo ao Emprego Científico”, promovido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, mas este não tem cumprido os seus objetivos, pois o número de vagas é exíguo. No concurso de 2018, p. ex., foram excluídos 92% das candidaturas [1]. O regime legal de contratação de doutorados (Decreto-Lei 57/2016, de 29 de agosto), permitiu substituir bolsas por contratos, mas na sua esmagadora maioria contratos a termo. O PREVPAP permitiu colocar investigadores na carreira nos Laboratórios de Estado, mas excluiu uma grande maioria de precários fora da Administração Pública.

A precariedade das investigadoras colide com as expectativas profissionais para as quais as próprias e as suas famílias tanto investiram. É uma situação de insegurança e indefinição permanentes, o que se traduz na instabilidade financeira e emocional, no vazio de direitos, na dificuldade de acesso ao crédito à habitação e de conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, na maternidade adiada (outro flagelo no nosso país) e no baixo contributo para a sustentabilidade da Segurança Social.

Por outro lado, as investigadoras auferem, em média, menos 14,6% do que os seus pares do sexo masculino, a par da tendência nacional [2], facto que se pode explicar pela maior dificuldade das mulheres de aceder às categorias profissionais superiores [3].

Também a pandemia de COVID-19 deu visibilidade a (novas) desigualdades entre homens e mulheres na academia e na investigação [4]. O desempenho de atividades não profissionais

durante a pandemia ocorreu de um modo desigual, em prejuízo das mulheres, cujos índices de cuidados pessoais e de trabalho doméstico foram superiores aos dos homens [4]. A redução do número de publicações pelas mulheres [4,5] traduz essa desigualdade e pode ter consequências negativas na carreira, visto a publicação de artigos ser um indicador relevante na avaliação profissional.

Os trabalhadores em atividades de I&D representam 12.8% da população ativa, correspondendo a uma taxa de feminização de 42% [6]. As mulheres têm maior representatividade no sector estatal, ensino superior publico/privado e Associações (57.6%), mas é menor no sector empresarial (27,7%) [3]. Por outro lado, as mulheres têm maior representatividade nas Ciências Médicas e da Saúde (65,5%), e os homens, na Engenharia e Tecnologia (72,3%) [3].

Estas diferenças traduzem o modelo de investimento em I&D do país. Ou seja, o sector das empresas [7] e a área da Engenharia e Tecnologia [6] são os que têm maior financiamento e os que apresentam a maior taxa de masculinização [3]. De salientar que a despesa total em I&D foi de 1,62% do PIB em 2020, sendo o sector estatal o mais penalizado [6].

Em suma, as mulheres investigadoras constituem uma força de trabalho altamente qualificada, muito significativa em muitas áreas do conhecimento, mas precária, mal paga e a trabalhar em instituições subfinanciadas, o que se repercute negativamente em várias esferas da sociedade, designadamente na maternidade adiada. É urgente resolver o problema da precariedade e das assimetrias que colidem com os direitos laborais e sociais das investigadoras, mulheres cujo trabalho é fundamental para o desenvolvimento, produção e soberania nacionais.

Viva a Luta das Mulheres!

Viva o MDM!

Referências

- [1] <https://expresso.pt/economia/2019-12-06-92-dos-doutorados-sem-contrato.-FCT-diz-que-metade-nao-alcancou-o-limiar-de-merito>.
- [2] European Commission, Directorate-General for Research and Innovation, She figures 2021: gender in research and innovation: statistics and indicators, Publications Office, 2021, <https://data.europa.eu/doi/10.2777/06090>
- [3] Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) - Igualdade de Género em Portugal: Boletim Estatístico 2021. CIG, 2021.
https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/11/2021_11_16_BE_VFINAL_web.pdf
- [4] FERREIRA, Virgínia et al. Pandemia e Academia em Casa-efeitos no ensino, na investigação e na cidadania académica sob uma perspectiva de género. 2021.
<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/99353>
- [5] COLLINS, Caitlyn. Productivity in a pandemic. Science, v. 369, n. 6504, p. 603-603, 2020.
<https://www.science.org/doi/full/10.1126/science.abe1163>
- [6] Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) - Investigação e Desenvolvimento (I&D): Principais Indicadores por Região (2020). DGEEC, 2022. ISBN: 978-972-614-758-9.
[https://www.dgeec.mec.pt/np4/206/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=11&fileName=I_D_Regioes_IPCTN2020.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/206/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=11&fileName=I_D_Regioes_IPCTN2020.pdf)
- [7] Organização dos Trabalhadores Científicos (OTC) - Ciência e Tecnologia: Os números. OTC 2020. <https://otc.pt/wp/2020/10/11/ciencia-tecnologia-os-numeros/>